

Ana Margarida Arruda

BIBLIOTECA MUNICIPAL
DE CASTRO MARIM

007347

Nº DE REGISTO

**AS CERÂMICAS ÁTICAS
DO
CASTELO DE CASTRO MARIM**

no quadro das exportações gregas para a Península Ibérica



*Biblioteca Municipal
De
Castro Marim*

seguido por

O corço, a Kylix e Dyonisos

(uma breve nota sobre cerâmica e símbolos)



Edições *Colibri*

Biblioteca Nacional – Catalogação na Publicação

Arruda, Ana Margarida, 1955-

Cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim no quadro das exportações gregas para a Península Ibérica; seguido por O corço, a Kylix e Dyonisos : (uma breve nota sobre cerâmica e símbolos). – (Arqueologia & história antiga ; 2)
ISBN 972-8288-65-4

CDU 738(=1.38) (469.6"-04/03"
339(=1.38) (46)"-04/-03"
904(469.6)

Título: *Cerâmicas Áticas do Castelo de Castro Marim
no quadro das exportações gregas para a Península Ibérica*

Autor: Ana Margarida Arruda

Orientação Gráfica: VSG (na capa: diapositivo Ektachrome 6X6:
Castelo de Castro Marim, © VSG, 1996)

Editor: Fernando Mão de Ferro

Depósito legal: 111 827/97

ISBN 972-8288-65-4

Tiragem: 1.000 exemplares

Esta publicação encontra-se também disponível para intercâmbio por outras publicações periódicas e não periódicas de Arqueologia, no quadro das permutas da UNIARQ, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

EXCHANGE ACCEPTED * ON PRIE L'ÉCHANGE * TAUSCHVERKEHR ERWUNSCHT

Toda a correspondência: Adresse: Adress:

CENTRO DE ARQUEOLOGIA.
FACULDADE DE LETRAS
PT-1699 LISBOA CODEX PORTUGAL

Telefone (351 1) 793 00 55 Fax: (351 1) 796 00 63

Lisboa, Junho de 1997

3.2. Os trabalhos arqueológicos: contexto, meios e metodologia

Em 1983, na sequência de um programa de investigação a decorrer no então *Centro de Arqueologia e História* da Universidade de Lisboa sob a direcção do Professor Victor S. Gonçalves, cujo objectivo era o estudo do papel do Guadiana «algarvio» na evolução da antropização do espaço, iniciei escavações arqueológicas no Castelo de Castro Marim, sítio sobre o qual eram escassos os dados disponíveis.

O Castelo de Castro Marim era conhecido desde Estácio da Veiga (1887) como sítio arqueológico de grande importância. Mas nunca, até então, tinham aí sido realizados quaisquer trabalhos arqueológicos.

A identificação deste sítio arqueológico com a *BAESURIS* do Itinerário de Antonino nem sempre foi pacífica. Tal se deve, em parte, a nenhum outro texto clássico se referir a *Baesuris* e ainda à natural imprecisão das referências existentes.

No século XVI, André de Resende localizava *Baesuris* em Jerez de Badajoz ou em Los Caballeros e, mais tarde, no século XVIII, Frei Vicente Salgado e o Padre Flores situavam-na em Ayamonte.

José Leite de Vasconcellos (1917), porém, não hesitou em colocar *Baesuris* no local da actual Castro Marim, baseando-se em moedas aí recolhidas e onde se lia a inscrição BAESURI.

O próprio nome de *Baesuris* suscitou diversas leituras, uma vez que em várias passagens do *Itinerário* parecia ler-se AESURI ou ESURI. Numa das moedas antigamente recolhidas, lia-se justamente ESURI, ainda que tal pudesse dever-se ao seu mau estado de conservação ter originado o desaparecimento do BA- inicial. Mas numa passagem do *Itinerário* era clara a referência a BAESURI e uma das moedas da colecção Estácio da Veiga igualmente possuía como legenda *BAESURI*.

Nas actuais escavações, o aparecimento de uma moeda de chumbo com a legenda BAE num nível tardo-republicano veio confirmar a tese de Leite de Vasconcellos. Como António Faria escreveu (1987), esta descoberta «...vem desvanecer definitivamente as dúvi-

das que ainda subsistiam a respeito da identificação de *Baesuris* com Castro Marim».

As seis campanhas de escavações que dirigi no Castelo de Castro Marim (1983-1989) foram subsidiadas pelo antigo IPPC (Instituto Português do Património Cultural) e contaram com o apoio financeiro e logístico da Reserva do Sapal de Castro Marim e da sua entidade de tutela, o Serviço Nacional de Parques e Conservação da Natureza.

De acordo com o programa de investigação onde se inseriram, os trabalhos orientaram-se no sentido de estudar a diacronia do sítio, escavando-se em profundidade, sem contudo desprezar a análise horizontal das diversas ocupações. Para tal optou-se pela metodologia preconizada por Wheeler (1959), com diversas correcções, nomeadamente a actualização de Ferdière (1980).

As recolhas à superfície do Castelo, tanto no interior do recinto amuralhado como nas encostas da colina em que ele se implanta, faziam prever uma ocupação que, remontando à Idade do Bronze, se prolongaria pela Idade do Ferro e período romano, atingindo obviamente as épocas medieval e moderna.

As áreas onde incidiram os trabalhos de escavação foram delimitadas no interior do actual recinto amuralhado e localizadas próximo da fortificação afonsina, a primeira medieval, construída na cota mais elevada do cabeço.

Durante as quatro primeiras campanhas (1983-1986), a escavação decorreu no Corte 1, localizado entre o troço Este da muralha joanina e a fortaleza afonsina. Em 1986, mais três áreas de escavação foram iniciadas. Um quadrado (4 X 4 m.) foi escavado no interior da fortaleza afonsina (Corte 2). Frente a esta fortificação medieval abriu-se uma outra frente de trabalho (o Corte 3).

Os Cortes inscrevem-se numa quadrícula mais ampla, orientada no sentido N/S, sendo a coordenada alfabética a X e a numérica a Y.

Nos quadrados, de 4 X 4 m., implantaram-se outros de 3 X 3 m depois de marcadas as respectivas *banquettes* (Sul e Oeste). A escavação prosseguiu, então, em profundidade nos novos quadrados, derubando-se as *banquettes* sempre que, concluída a escavação do quadrado a que pertencem, confinavam com outros cuja escavação estivesse igualmente concluída.

3.3. Os resultados

Seis campanhas de escavações arqueológicas, correspondentes a 180 dias de trabalhos de campo, permitiram a escavação de uma extensa área (500 m²). Um enorme conjunto de dados foi naturalmente recolhido, tendo sido possível detectar vestígios materiais e construções correspondentes a diversas fases da ocupação humana do Castelo.

Como já se explicitou em 1.2.2., não é objectivo deste trabalho analisar o processo evolutivo do grupo humano que nos inícios do I milénio se instalou em Castro Marim. Assim, não me deterei numa descrição pormenorizada da estratigrafia obtida ou das estruturas habitacionais e defensivas detectadas durante os trabalhos de campo.

Um breve resumo de resultados parece no entanto fundamental.

3.3.1. A Idade do Bronze

Nada se sabia sobre a Idade do Bronze na área da actual Castro Marim, embora trabalhos antigos na vizinha Almada d'Ouro tivessem revelado um conjunto de sepulturas do chamado Bronze do Sudoeste (publicadas por Estácio da Veiga e reestudadas por Schubart, 1975).

Em 1988, na sexta Campanha de escavações do Castelo de Castro Marim, no Corte 2, pudemos, enfim escavar um nível bem estratigrafado da Idade do Bronze.

A nível das estruturas, identificaram-se duas fossas escavadas na rocha, cujo significado se encontra ainda por esclarecer.

As cerâmicas recolhidas nessas fossas e no nível estratigráfico que corresponde a esta ocupação são típicas do Bronze Final (taças abertas, carenadas, de bordo exvertido e superfícies brunidas).

3.3.2. A I Idade do Ferro

Situado no que poderia considerar-se uma área periférica do lendário reino de Tartesso, o Castelo de Castro Marim regista, à semelhança do que sucedeu na região de Huelva, o impacto do comércio do Mediterrâneo Oriental talvez já durante a segunda metade do século VIII.

Algumas habitações de planta rectangular, datáveis desta época, foram já identificadas e escavadas. É também justamente neste momento que se constrói uma muralha defensiva espessa de 5 m.

As formas cerâmicas diversificam-se, complexificando-se também o tratamento das suas superfícies. Os vasos fabricados ao torno (pratos de bordo largo, taças, grandes potes) são agora muitas vezes pintados, com bandas vermelhas, negras ou brancas, ou revestidos com engobes vermelhos, bem fixados e acetinados.

A cerâmica fabricada manualmente continua, no entanto, a produzir-se em quantidades apreciáveis.

Os vestígios desta I Idade do Ferro de feição orientalizante surgiram em todos os cortes efectuados. No entanto, convém registar que raramente nos foi possível atingir os níveis arqueológicos onde esta I Idade do Ferro se encontra documentada. A excelente conservação dos níveis superiores, e sobretudo a quantidade de construções neles identificados, que importa preservar, impede-nos frequentemente de progredir a escavação em profundidade.

3.3.3. A II Idade do Ferro

Os dados arqueológicos recolhidos mostram que, a partir de meados do século V, Castro Marim começa a receber produtos provenientes da Grécia, mais concretamente de Atenas. Algumas cerâmicas evidenciam que os contactos com o Norte de África são também frequentes.

As estruturas sofrem agora alterações. Na primitiva muralha, a entrada é fechada com um muro construído no final do século V. Novas estruturas habitacionais são edificadas, sendo agora de maiores dimensões.

É nesta fase da ocupação do Castelo de Castro Marim, de meados do século V aos finais do século IV, que se regista a totalidade da cerâmica ática recolhida.

Vários vasos imitando formas atenienses, muito provavelmente fabricados em Kouass, foram igualmente identificados. Trata-se de taças (forma 27 de Lamboglia) e pratos de peixe (forma 23), cobertos de engobe vermelho (as taças) e vermelho ou negro (os pratos).

Pratos de peixe, de bordo ligeiramente exvertido, decorados internamente por linhas e bandas concêntricas pintadas de cor negro e vermelho acastanhado, com pé apenas indicado e base plana, foram também recolhidos. Lembram técnica e morfologicamente produtos fenícios.

Destes níveis são também provenientes diversos vasos com decoração pintada em bandas, círculos concêntricos e linhas zigzagueantes evidentemente fabricados localmente.

As ânforas ibero-púnicas das formas D e E de Pellicer encontraram-se em quantidade.

3.3.4. A ocupação romana

Foi apenas durante os trabalhos de campo de 1987 que a ocupação romana do período republicano se viria a revelar de forma muito significativa, mais concretamente no Corte 3.

A densidade das informações recolhidas sobre esta época é grande, ultrapassando a que normalmente se encontra noutros sítios portugueses.

O espólio recolhido, muito abundante, permite-nos datar esta ocupação de meados do século I, mais exactamente entre 60 e 30.

A cerâmica campaniense, de que foram recolhidos quase trezentos fragmentos, inclui-se nas classes A e B de Lamboglia e na categoria B-óide, posteriormente introduzida por Morel (1978: 149-168). Do ponto de vista tipológico, os exemplares de Castro Marim distribuem-se pelas formas 1, 2, 3, 4 e 5.

Foram recuperadas várias centenas de ânforas nos níveis tardo-republicanos de Castro Marim. Da totalidade do conjunto, sobressai de forma muito marcante (mais de 70%) uma espécie de ânfora cuja característica principal é possuir uma moldura muito saliente imediatamente a seguir ao lábio, que é de secção arredondada ou ovalada. Este tipo de ânfora, classificado como Classe 67 (Fabião, 1989), era até há pouco tempo quase desconhecido em Portugal. Acompanhando este tipo, surgiram exemplares das Classes 4, 32 (Peacock e Williams, 1986) e ainda algumas ânforas ibero-púnicas tipo D de Pellicer (1978).

Também a cerâmica de paredes finas está presente nestes níveis em quantidades apreciáveis. Identificaram-se as formas III, IV, V, VIII e IX (Mayet, 1975).

De referir ainda que a cerâmica comum é, naturalmente, muito abundante.

Resta-nos voltar a mencionar que foi justamente nestes níveis tardo-republicanos que foi recolhida a moeda de chumbo cunhada localmente e com a legenda BAES a que já fiz referência.

Se bem que várias estruturas habitacionais tenham sido construídas no início da dinastia júlio-claudiana, mais exactamente entre 20 e 15, e a primitiva muralha da Idade do Ferro tenha sido acrescentada neste período, a época imperial é, até hoje, mal conhecida no Castelo de Castro Marim, para períodos posteriores ao reinado de Tibério.

Algum espólio arqueológico foi encontrado associado às estruturas habitacionais atrás referidas, nomeadamente *terra sigillata* itálica (formas 27 de Goudineau e tipo 2 de Haltern), ânforas da Classe 4 de Peacock e Williams, cerâmica de paredes finas e cerâmica comum.

3.4. Discussão

Pouco há para discutir neste breve resumo das diversas fases de ocupação do Castelo de Castro Marim. No entanto, parece-me que alguns pontos merecem ainda alguns comentários finais.

A primeira observação que os dados revelados pelos trabalhos arqueológicos sugerem é a da ampla diacronia que este sítio regista (mesmo sem mencionar as ocupações medievais e modernas).

Com efeito, o Cerro é primeiramente ocupado durante o final da Idade do Bronze, nos inícios do I milénio. Desde então, e até ao século XVIII da nossa era, nunca mais esta pequena colina deixou de ser habitada.

Uma outra observação diz respeito ao carácter de porto comercial que Castro Marim parece ter assumido, pelo menos a partir dos inícios da Idade do Ferro.

A sua localização na foz do rio Guadiana terá contribuído, de forma definitiva, para a «disponibilidade» que este sítio manifesta em

relação aos novos produtos que aí aportam. Este rio terá funcionado, durante a Idade do Ferro, muito provavelmente, como um caminho comercial, ligando directamente o litoral algarvio aos distritos mineiros do Baixo Alentejo.

Uma forte influência mediterrânica, detectável nos materiais da Idade do Ferro, será apenas o início de um longo processo. De facto, a partir de então e durante quase todo o I milénio, a história de Castro Marim vai ser indissociável da evolução e construção das diversas correntes comerciais mediterrânicas.



Ana Margarida Arruda
1955

Ana Margarida Arruda nasceu no Porto, mas veio com poucos dias para Espinho e daí para Lisboa. Viveu alguns anos no Congo ex-belga, tendo regressado a Lisboa em 1960. Frequentou a Faculdade de Letras de Lisboa, onde se licenciou em História, pré-especialização em Arqueologia. Em 1976, ingressou nos quadros do então Centro de História. Actualmente,

é investigadora da UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa), onde dirige pesquisas no âmbito da Idade do Ferro, estudando particularmente fenícios, gregos e indígenas, nos sécs. VIII a IV no Ocidente Peninsular. Fundou a unidade lectiva «História Antiga Peninsular», na Variante de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa.

Autora de mais de 50 trabalhos sobre arqueologia clássica e Idade do Ferro, colaborou extensamente no 2º volume da História de Portugal dirigida por João Medina e cujos primeiros três volumes foram coordenados por Victor S. Gonçalves. Foi Comissária da grande exposição «Lisboa Subterrânea», uma organização da «Lisboa 94».

Depois de ter trabalhado com o arqueólogo Victor S. Gonçalves na Gruta da Marmota e nos Cerros do Castelo de Corte João Marques e Santa Justa, nas antas das Pedras Altas e dos Penedos de S. Miguel, dirigiu escavações no Castelo de Castro Marim, em Conímbriga e na Alcáçova de Santarém, onde recentemente escavou o importante templo romano republicano aí identificado.

Ana Margarida Arruda, para além das suas actividades arqueológicas, é uma leitora atenta de autores normalmente considerados «ilegíveis», como Hrabal ou Agustina Bessa Luís (estranho fenómeno cuja única explicação parece residir nas suas origens celtas). Entre outras das suas preferências, «normais» desta vez, contam-se Mário de Carvalho e Marguerite Yourcenar, Chester Himes e Patricia Highsmith.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM



007347